

Política
CONSTITUINTE

A ALIANÇA QUE DERROTOU O CENTRO

Empreiteiros, representantes de empresas pequenas refratárias à entrada de capital estrangeiro e o lobby da indústria da química fina.

"Uma pressão que se sentia no ar", explicaram alguns parlamentares.

Algumas lideranças do Centro referiram-se a três causas para a derrota na terça-feira: pressão de grandes empreiteiras, representantes de pequenas empresas temerosas de eventual concorrência com o capital estrangeiro e o lobby da indústria da química fina. O Centro não conseguiu manter a unidade, porque considerável número de seus integrantes também achava que se devia persistir na tentativa de acordo, pois sem ele nenhum dos lados conseguiria impor seu projeto. Esses motivos, mais a abstenção do PTB, tiraram cerca de 70 votos contabilizados antecipadamente pelo Centro.

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) admitiu que representantes de grandes empreiteiras fizeram trabalho de lobby nos últimos dias para influenciar a mudança de voto dos integrantes do Centro, sendo que vários deles acabaram cedendo em favor de outros interesses. Alguns parlamentares confirmaram essa intromissão na Constituinte, sendo citada por três deles a construtora Norberto Odebrecht, da Bahia, com investimentos também na indústria de química fina e com empreiteiras subsidiárias, como a Tenenge. Representantes da Odebrecht chegaram a telefonar para manter contatos com as lideranças mais autênticas do Centro, mas foram repelidos, com o argumento de saber "o que a empresa pretendia", como afirmou um deputado paulista.

Modernização

Afif Domingos também teve conhecimento das pressões de algumas empresas insatisfeitas com o projeto do Centro e dedicadas a uma "economia cartorial", que acabou tendo realmente efeito negativo sobre a votação do grupo. Em nome do nacionalismo, da segurança nacional e da justiça social, iniciativas de cunho cartorial estão sendo aprovadas no projeto constitucional, determinando na prática a prevalência do princípio da reserva de mercado, ao invés de iniciativas modernizantes, segundo o parlamentar paulista.

O deputado Luís Eduardo Magalhães, uma das principais lideranças do Centro, percebeu também a atuação dos representantes de empreiteiros e da indústria da química fina, e acha que alguns companheiros foram cooptados a votar contra o projeto do Centro. A Abifina (Associação Brasileira da Indústria de Química Fina) e a Odebrecht foram os grupos empresariais que mais atuaram no lobby contra o Centro, de acordo com alguns de seus integrantes. O resultado da votação acabou surpreendendo os deputados Luís Eduardo Magalhães e Roberto Cardoso Alves que previam cerca de 300 votos favoráveis ou votação

superior a das esquerdas, mesmo sem atingir o quórum.

Expedito Machado (PMDB - CE) frisou que os constituintes "sentiam no ar" a presença do lobby das pequenas empresas e dos empreiteiros mas não chegou a ser pessoalmente procurado. No meu entender — observou — o setor da construção civil é um que receava a concessão de facilidades ao capital estrangeiro por se tratar de setor não estratégico e frágil ante a concorrência.

Fim do centro?

O deputado Basílio Vilani (PMDB-PR) afirmou ter havido pressões de empreiteiros e observou que muitos deles confundem livre iniciativa com economia cartorial. "A gente sente a pressão no ar, eles não abordam diretamente, salvo quando têm a certeza da adesão", ressaltou Vilani, referindo-se à ação dos lobistas e frisando que esperava 305 votos para o Centro, surpreendendo-se com os 210 obtidos. Vilani não entendeu a mudança de votos tidos como certos como os de César Cals Neto (PDS-CE) e Fernando Bezerria Coelho (PMDB-PE), frisando ter havido várias surpresas também nas abstenções. "Com essas defecções não se pode mais falar em Centro", concluiu.

Alguns parlamentares do Centro acusaram também o PTB de ligações com setores empresariais contrários ao substitutivo. E foi sua bancada que decidiu pela abstenção na votação. O deputado Delfim Neto disse desconhecer pressões sobre os constituintes mas as principais lideranças do Centro — Luís Eduardo Magalhães, Afif Domingos, Ricardo Fiúza — reconheceram que elas aconteceram e obtiveram resultados, mas não foi só o que contribuiu para a derrota do Centro. Afif Domingos disse que o acordo deveria ter sido tentado até o fim, sem se partir para uma medição de forças porque nenhum dos dois lados teria maioria de 280 votos. Delfim Neto também considerou que a busca pelo acordo era maior do que as divergências internas do Centro em relação à empresa nacional. Para Delfim, o Centro não perdeu e foi apenas um acordo que demorou mais por prevalência temporária dos que acham poder aprovar o texto constitucional sem entendimento.

No Rio, o presidente nacional do PTB, o ex-deputado Paiva Muniz, explicou ontem que a decisão do partido de, ao contrário do que se esperava, votar contra a emenda do Centro foi tomada para "manter as tradições nacionalistas do trabalhismo".

Paiva Muniz contou que no seu último encontro com o deputado Gastone Righi, líder da bancada na Câmara, fez questão de alertá-lo de que o PTB "deveria ter um mínimo de coerência ao votar o capítulo da Constituição que trata da ordem econômica".



Roberto Cardoso Alves



Afif Domingos



Delfim Netto

AFINAL, QUEM VENCEU?

Alguns dizem: "O Brasil perdeu". Outros: "ganhou". A vitória seria da moderação?

— É insatisfatório, xenóforo e reflete ainda uma certa ingenuidade. — Deputado Delfim Neto (PDS-SP).

— Foi o acordo possível mas não o ideal. Quem ganhou? Os defensores da economia cartorializada. — Deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP).

— Um acordo razoável. — Deputado José Genoíno Neto (PT-SP).

— O vencedor foi o Brasil. — Deputado Bociuiva Cunha (PDT-FJ).

— O grande prejudicado será o Brasil. — Deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP).

— Ganham os moderados. O grande vencedor é o Brasil — Deputado Gastone Righi (PTB-SP).

Essas são as opiniões de alguns dos constituintes que analisaram ontem a votação do acordo entre o Centro e as outras correntes de opinião, na votação do texto sobre a ordem econômica.

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) reconheceu objetivamente que "o Centro perdeu e a esquerda avançou, com o apoio de alguns setores das Forças Armadas, do lobby da indústria de química fina, das pequenas empresas e dos grandes empreiteiros de obras". O acordo ontem efetuado entre os dois grupos da Constituinte em torno da ordem econômica, em sua opinião, acabou beneficiando "a empresa nacional cartorializada" e o grande prejudicado "será o Brasil".

Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) um dos mais destacados articuladores do Centro também reconhece a derrota do grupo, e manteve sua discordância em relação ao acordo fechado antes da segunda votação.

O deputado Bociuiva Cunha (PDT-RJ) observou que o Centro saiu enfraquecido da primeira votação, mas o vencedor da disputa,

em sua opinião "foi o Brasil". Sobre os pontos polêmicos, o esforço pelo entendimento deve ser maior, ainda mais tratando-se da estruturação do processo produtivo do País, comentou.

Parlamentares do Centro destacaram também que as esquerdas ganharam aliados em alguns setores das Forças Armadas e do empresariado, os quais não quiseram definir concretamente, referindo-se aos "empresários cartoriais". O deputado Bonifácio de Andrade (PDS-MG) acha incorreto falar em vitória de algum dos grupos.

Ricardo Fiúza (PFL-PE), outra expressiva liderança do Centro, reconhece "em parte" a derrota, ressaltando que o texto do acordo deriva em mais de 90% do projeto do Centro. Fiúza não esperava ganhar a primeira votação, reconhecendo as divergências internas do Centro. O deputado Afif Domingos (PL-SP) também não concordou quanto à existência de vencedores e derrotados na primeira votação da ordem econômica. "Aqui ninguém tem maioria para aprovar nada sem acordo, e essa é a melhor forma de termos uma Constituinte com o mínimo de consenso", afirmou o deputado paulista.

Cartorializado

Na verdade, segundo Afif Domingos, quem está ganhando o projeto constitucional "são os defensores da economia cartorializada e a filosofia da reserva de mercado emanada da Secretaria Especial de Informática, que parece estar fazendo carreira aqui na Constituinte". As esquerdas querem estender o princípio da reserva de mercado a outros setores da economia, frisou Afif Domingos.

Xenóforo

Foi "o acordo possível, mas não o ideal", observou Afif Do-

mingos e com ele concordou o deputado Delfim Neto (PDS-SP): "Certamente o texto do acordo não é aquele que eu gostaria".

Para Delfim Neto, o texto "é insatisfatório, xenóforo, e reflete ainda uma certa ingenuidade". Afif Domingos afirmou que o Centro não conseguiu evitar que interesses corporativistas setoriais prevalecessem acima dos altos interesses nacionais.

Do outro lado da Constituinte, o deputado José Genoíno (PT-SP), da esquerda, considerou o acordo razoável, "derrotando a posição desnacionalizante do Centro, estabelecendo-se um conceito diferencial entre empresa nacional e empresa estrangeira, a nacionalização dos minérios estratégicos e o fim do contrato de risco".

Tragédia

— Sem a negociação, teríamos uma tragédia — afirmou também o deputado Delfim Neto (PDS-SP), analisando o acordo.

— Estavam ameaçando um tufo. Eu sou um chuveiro, acrescentou.

— Para o meu gosto, não saiu um texto ideal, mas tenho de reconhecer que é o melhor que se pode imaginar ante a constelação de forças que existem aqui dentro — disse Delfim.

O acordo entre o Centro e o PMDB em torno de pontos polêmicos do capítulo da ordem econômica da nova Constituição agradou simultaneamente ao presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho, ao líder do PCB, deputado Roberto Freire e ao líder do PTB, Gastone Righi.

— Houve concessões de lado a lado. Negociamos e isto foi o melhor — disse Jarbas Passarinho, o presidente do PDS.

— Ganham os moderados. Não houve radicalismo. O grande vencedor foi o Brasil — afirmou Gastone Righi.

DESTAQUE POLÍTICO

Golpe? Nem pensar

A CPI da Corrupção — mesmo com acusações por parte de ex-ministros, no Senado, que envolvem o próprio Sarney, ou se a Constituinte votar o mandato de quatro anos — não levará o País ao retrocesso institucional como, por exemplo, um golpe militar. Foi o que afirmou o ministro Renato Archer, da Previdência Social, ontem, quando acompanhava d. Marly Sarney e comitiva em sua passagem por Manaus para a assinatura de convênios nas áreas de assistência social, previdência, saúde, educação, agricultura e desenvolvimento comunitário num valor total de 335 milhões de cruzados.

Morte na Câmara

Por ter sido demitido do cargo de administrador do distrito de Aricanduva, Juarez Alves da Silva (30 anos, casado) também foi morto a tiros. Em tiroteio que resultou em um morto e um ferido, na Câmara Municipal de Londrina, o vereador Reinaldo Soares de Souza, de Arapongas, acertou três vezes Juarez Alves — que teria sido demitido a pedido de Reinaldo — provocando sua morte, além de ferir o vereador Irineu Berestinas. Reinaldo está foragido.

Tarefa difícil

Destacando o "firme compromisso em informar melhor o povo brasileiro", o presidente Sarney empossou ontem, em Brasília, o jornalista Carlos Henrique de Almeida Santos no cargo de subchefe do Gabinete Civil para Assuntos de Imprensa e Divulgação. Em seu discurso Sarney acrescentou: "Sei que a tarefa não é fácil, mas o jornalista Carlos Henrique tem todas as qualidades para cumpri-la".

Represália

O senador Marcondes Gadelha poderá assumir a liderança do PFL em substituição ao titular Carlos Chiarelli, com apoio de oito dos 15 integrantes da bancada do partido na Câmara Alta, como represália aos que querem evitar que o líder do governo Saldanha Derzi possa indicar o seu colégio de vice-líderes.



Pires



Moreira Lima



Camarinha

OS MILITARES, SATISFEITOS.

As Forças Armadas querem apenas um acordo, dizem os ministros, para o bem do País.

"Ordem econômica é um assunto que não diz respeito às Forças Armadas. O que queremos, nessa matéria, é apenas um acordo entre as partes, de forma que saia um dispositivo que preserve a soberania nacional e que nossas riquezas fiquem, de forma efetiva, sob controle nacional."

A afirmação é do ministro da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima, revelando a posição dos militares, no que diz respeito à polémica esboçada pelos textos do Centro e da Sistematização e que ameaçou envolver os militares, através da busca de apoio levado a efeito pela "frente parlamentar nacionalista".

O ministro da Aeronáutica, assim como seu colega do Estado-Maior das Forças Armadas, brigadeiro Paulo Camarinha, receberam efetivamente a visita e um documento da "frente nacionalista", mas não fizeram nenhuma apreciação sobre seu conteúdo nem disseram que apoiavam o Centro ou a Sistematização. Pelo contrário, conforme comentou ontem o brigadeiro Moreira Lima, em entrevista, por se tratar de um assunto complexo, envolvendo empresas nacionais e outros itens em que eles, militares, não eram especialistas, o mais sensato, no caso específico foi exatamente aquele encontrado: o acordo.

Sobre a questão da exploração das riquezas minerais, a argumentação do ministro da Aeronáutica é semelhante a várias outras ouvidas na área militar:

"Essa exploração já é feita e controlada pelo Código de Mineração. Assim, desde que dada a concessão para uma empresa multinacional e o governo exerça um efetivo controle, nada impede que haja participação estrangeira no caso", disse Moreira Lima.

O ministro alertou apenas para o cuidado que deve ser tomado, nessas circunstâncias, para que não haja "concessão de privilégios a nenhum grupo". O brigadeiro Paulo Camarinha, do EMFA, também manteve uma postura reservada, sobre a ordem econômica, diante do grupo parlamentar, e procurou saber detalhes sobre a possibilidade de haver entendimento entre as partes. Aos jornalistas, o ministro disse que preferia ver o capítulo resolvido apenas pelos constituintes. "Isso é assunto deles", frisou.

Na Marinha, segundo assessores do ministro Henrique Sabóia, não houve visitas de parlamentares da "frente nacionalista" nem o ministro se manifestou, por considerar a ordem econômica um assunto que fugia às atribuições da força naval". Conforme foi lembrado, já existe uma convenção internacional sobre Direito do Mar, que regula todos os temas ligados à exploração do subsolo marítimo.

E no Exército, onde também não houve contatos entre o ministro Leonidas Pires e a "frente nacionalista", a situação era de paciente espera por um acordo, com o cuidado de não se manifestar qualquer interferência militar no assunto. Isso porque,

tanto no Exército como nas demais armas, o ânimo era francamente favorável a uma situação intermediária. "Nem 8 nem 80", comentou um oficial, revelando que havia radicalizações em ambos os textos, um — o da Sistematização — fechando demais. O outro — o do Centro — abrindo demais.

"Deve ser adotada uma posição melhor para o Brasil", observou outro coronel, lembrando que o bem do País implicava em impulsionar seu desenvolvimento e que isso não poderia ser feito sem a colaboração da empresa multinacional.

Além dessa situação, que não favorecia nem um nem outro texto, os militares servindo nas forças tinham ainda outro motivo para manter-se distantes da votação. Trata-se de um assunto eminentemente típico do Conselho de Segurança Nacional e, sobretudo, de sua secretaria, que pertence ao general Bayma Denys.

Paralelamente, conforme adiantou outro oficial, as forças e seus ministros não queriam ser responsabilizados, no futuro, caso o modelo econômico adotado para o País não funcionasse, se interferissem agora poderiam ser acusados de terem pressionado os parlamentares para essa ou aquela solução. E a esse respeito, o ministro da Aeronáutica comentou: "Não queremos dar opinião sobre esse assunto. Pedem nossa opinião, nós falamos e depois vão dizer que estamos dando palpites sobre assuntos que não são de nossa alçada".